



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

de 28 de novembro de 2025

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:

Análise, discussão e votação da 2.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

Estiveram presentes neste ponto da ordem de trabalhos os seguintes elementos do Conselho Intermunicipal, representando o seguinte nº de eleitores:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	5 642	Presidente	Virgílio da Cunha
Carregal do Sal	8 916	Presidente	Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz
Castro Daire	13 488	Presidente	Paulo Martins de Almeida
Mangualde	17 746	Presidente	Marco Filipe Pessoa Almeida
Nelas	12 292	Presidente	Joaquim Augusto Alves Amaral
Oliveira de Frades	8 551	Presidente	João Carlos Ferreira Valério
Penalva do Castelo	7 213	Presidente	José Dias Lopes Laires
Santa Comba Dão	10 094	Vice-Presidente	Luís Miguel Ferreira Nunes
São Pedro do Sul	14 527	Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	12 021	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	24 163	Presidente	Fátima Carla Antunes Borges
Vila Nova de Paiva	5 651	Presidente	Paulo Manuel Teixeira Marques
Viseu	92 545	Presidente	João Nuno Ferreira Gonçalves Azevedo
Vouzela	8 734	Vice-Presidente	Marco André Bandeira Dias

Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 241.583 eleitores aprovar a 2.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2025.-----

O Conselho Intermunicipal deliberou, ainda, também por unanimidade, submeter a 2.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2025 à aprovação da Assembleia Intermunicipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

Tondela, 28 de novembro de 2025.-----